



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

03, 04 e 05 de agosto 2013



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 05/08/2013
Assunto: 580 mil alunos voltam às aulas		Página: 34

DIÁRIO CATARINENSE

580 mil alunos voltam às aulas

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Cerca de 580 mil alunos da rede estadual de ensino de Santa Catarina voltam às aulas hoje com sentimentos diferentes. Enquanto parte já percebe mudanças propostas pelo Pacto pela Educação, há os que ainda aguardam o início de ações.

Entre projetos com avanço estão reformas de escolas e construções de novas unidades que, por enquanto, cumprem o cronograma previsto, como a Escola Laura Lima, em Florianópolis. Depois de ter parte da estrutura interditada pela Defesa Civil em 2011 e no ano passado, o prédio passa por reforma. O projeto de capacitação de professores também está dentro do prazo.

Outras propostas estão atrasadas, como a definição de um novo plano de carreira para o magistério e a mudança no processo de escolha de

SOBRE O PACTO

- **Lançado em:** 18 de fevereiro de 2013
- **Investimento:** R\$ 515,1 milhões
- **Prazo final de execução:** 2020
- **Estruturado em três grandes eixos:** estrutural, pedagógico e de infraestrutura

diretores, que estava previsto para vigorar a partir de junho. A entrega de tablets para professores ainda não está concluída, com o repasse de 7,9 mil dos 11,8 mil previstos.

Mas cerca de 12,5 mil alunos da antiga 8ª série com nota inferior a 5 vão passar por aulas extras de Português e Matemática duas vezes por semana. Isso por causa do retorno da reprovação – desde 2007 os alunos eram aprovados automaticamente. Eles precisarão de média 7 para não repetir de ano. A ação não estava na lista de projetos do Pacto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NO CRONOGRAMA

CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES

O que foi feito

- Três etapas da capacitação para 107 professores orientadores e 2 mil alfabetizadores.

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO (RDC)

O que foi feito

- Assinatura do decreto pelo governador Raimundo Colombo em fevereiro e os cursos de formação para utilização do sistema.

O que falta

- As obras previstas para serem contratadas pelo RDC. De acordo com a secretaria, elas estão em fase de anteprojetos. O prazo para finalização é dezembro de 2014.

NOVAS ESCOLAS E REFORMAS

- Construção de oito centros de educação profissional.
- Construção de 30 novas escolas de ensino médio.
- Reformar 150 escolas.

O que foi feito

- De acordo com a SED, todas estão seguindo as etapas dentro do previsto.

FORA DO PRAZO

ENTREGA DE 11.856 TABLETS PARA PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

O que foi feito

- Foi entregue em março o primeiro lote de tablets para professores efetivos. Ao todo foram distribuídos 7,9 mil aparelhos.
- Formação dos professores. O curso está concluído, mas ele foi feito por multiplicadores que repassarão as informações aos professores. Outro curso será realizado entre este mês e setembro.

O que falta

- Distribuir os tablets restantes aos professores temporários. Isto deve ser feito até o fim de agosto. O segundo lote foi entregue às 36 secretarias de Desenvolvimento Regional.

REVITALIZAÇÃO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

O que foi feito

- Publicação, em março, da lei que reajusta salários dos professores de 8% a 15%. O aumento é em dois momentos: em março (retroativo a janeiro) e em setembro.

O que falta

- A segunda etapa das discussões, que envolve a descompactação da tabela salarial dos professores para aumentar

as diferenças salariais entre os níveis de formação (graduação, mestrado e doutorado).

- Segundo a secretaria, os prazos foram prorrogados porque o Sinte passava por eleições em junho. A Coordenadoria Executiva de Negociação e Relações do Estado aguarda contato do Sinte.
- O Sinte diz que houve a posse dos novos coordenadores em julho e desde então aguarda uma reunião com a secretaria.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DAS ESCOLAS

O que foi feito

O decreto está elaborado. Nele estão previstos três pontos:

- Recursos direto na escola, para que em casos de pequenos reparos a instituição tenha autonomia para contratar os serviços;
- Liberdade para fazer o próprio projeto político e pedagógico;
- Escolha de diretores a partir do projeto de gestão – com isso o diretor deixa de ser indicado e passa a ser escolhido com a participação da comunidade escolar, entre alunos, professores e pais.

O que falta

- Aprovação do governador Raimundo Colombo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 05/08/2013
Assunto: Cerca de 5 mil alunos voltam aos estudos no Instituto Estadual em Florianópolis		Página: Online

DIÁRIO CATARINENSE

Cerca de 5 mil alunos voltam aos estudos no Instituto Estadual em Florianópolis



Estudantes retornam às aulas no Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis Foto: Guto Kuerten / Agencia RBS

Nesta segunda-feira cerca de 580 mil alunos da rede estadual de Santa Catarina voltam às aulas após 14 dias de férias. No Instituto Estadual de Educação (IEE), em Florianópolis, mais de 5 mil estudantes retomaram os estudos: cerca de 3,5 mil alunos do ensino médio e cerca de 1,8 mil no ensino fundamental.

O pequeno Higor Pereira, 7 anos, estudante do primeiro ano do ensino do fundamental do IEE acordou tranquilo e estava ansioso para retornar às aulas. A mãe Marina de Brito, 29 anos, contou que ele queria muito mostrar para a professora a atividade realizada para a aula durante o período de férias. Ele e a mãe que moram no bairro Saco Grande saíram às 6h30min de casa.



Os alunos vão perceber neste retorno algumas mudanças que já estavam previstas pelo Pacto pela Educação. Entre projetos com avanço estão reformas de escolas e construções de novas unidades.

Outras propostas estão atrasadas, como a definição de um novo plano de carreira para o magistério e a mudança no processo de escolha de diretores, que estava previsto para vigorar a partir de junho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 05/08/2013
Assunto: Rede estadual reinicia aulas em SC com 580 mil estudantes		Página: Online



Rede estadual reinicia aulas em SC com 580 mil estudantes

A partir desta segunda-feira, 580 mil estudantes, aproximadamente, da rede pública estadual de ensino, retornam aos bancos escolares para o segundo semestre letivo em 1.100 estabelecimentos. Cerca de 40 mil professores, entre efetivos e Admitidos em Caráter Temporário (ACTs), da educação básica, profissional e de jovens e adultos também voltam ao trabalho depois um período de aprimoramento por meio dos Cursos de Formação Continuada, realizada nas 36 Gerências Regionais de Educação (Gered).

Para este segundo semestre, os estudantes contam com novidades. A Secretaria de Estado da Educação (SED) irá oferecer novas oportunidades de conhecimento para os alunos, com a implantação dos programas Novas Oportunidades de Aprendizagem (PNOA), que atenderá 12.400 alunos, e o

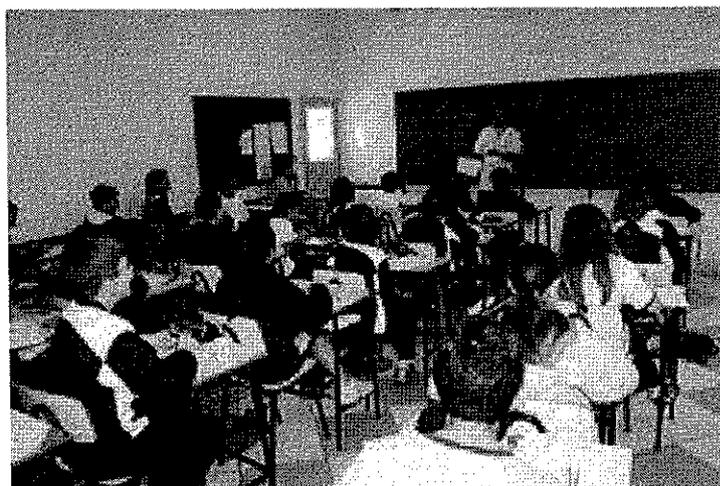
Programa de Recuperação de Estudos para o Ensino Médio (PREEM), que beneficiará 3.100 estudantes. As aulas dos programas, que iniciarão no retorno do recesso escolar, serão oferecidas no contraturno escolar, duas vezes por semana. Os alunos envolvidos receberão todo o suporte necessário para a permanência na unidade escolar.

O PREEM é direcionado para alunos matriculados na primeira série do ensino médio, agressos do Programa de Correção de Fluxo em 2012, com terminalidade do ensino fundamental. O estudante frequenta dois períodos, de quatro horas, para qualificar a aprendizagem dos conteúdos das disciplinas do primeiro ano do ensino médio e aprofundar as habilidades de leitura, escrita e cálculo.

Já o PNOA é direcionado para alunos da 8ª série do ensino fundamental que apresentaram rendimento inferior à média cinco nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, no primeiro bimestre. Para garantir que o estudante consiga superar a defasagem de conteúdo apresentado, serão disponibilizados professores habilitados para ministrarem aulas de recuperação.

"A recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhe possibilitem aprender conteúdos básicos. Estes programas possibilitarão o aproveitamento e êxito na aprendizagem", destaca a diretora de Educação Básica e Profissional da SED, Marilene Pacheco.

Os professores que irão ministrar aulas no PNOA receberam capacitações durante o recesso escolar. Os professores envolvidos no PREEM receberão orientações neste mês de agosto. Além dos docentes, diretores e toda equipe escolar também receberam orientações para dar continuidade às capacitações ao longo do ano. A SED está financiando a contratação destes docentes, como também das capacitações.





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Geral	Data: 05/08/2013
Assunto: Mudança no sistema prevê reprovação para alunos da 8ª série em Santa Catarina		Página: Online

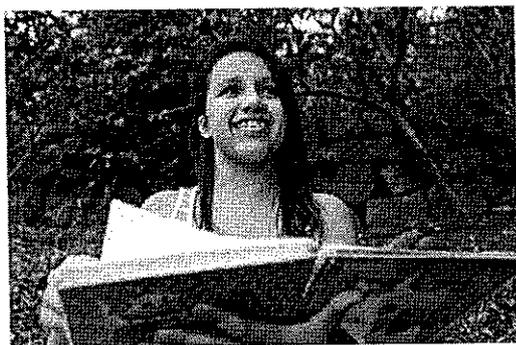
Notícias do Dia

Mudança no sistema prevê reprovação para alunos da 8ª série em Santa Catarina

Fato não ocorria antes por decisão da Secretaria da Educação, que queria evitar que os estudantes repetissem por dois anos consecutivos

As aulas na rede de ensino público estadual recomeçam hoje, mas não serão as mesmas para os 66 mil matriculados na 8ª série. Agora, esses alunos poderão ser reprovados. Fato que não ocorria antes por decisão da Secretaria de Estado da Educação, que queria evitar que os estudantes repetissem por dois anos consecutivos, após a implantação, em 2007, de um ano letivo a mais no ensino fundamental brasileiro. Os matriculados na 8ª série são anteriores a esta remodelação escolar. Se repetirem, farão de novo a 8ª série e depois cursarão o 9º ano.

A portaria estadual foi validada no dia 25 de julho e traz à luz um novo programa, “Novas oportunidades de aprendizagem”. Os alunos da 8ª série com média abaixo de cinco em matemática e português poderão reforçar o conteúdo no contraturno duas vezes por semana. “É a chance para que eles encerrem o ensino fundamental sem prejuízos”, afirma o secretário do Estado da Educação, Eduardo Deschamps.



Nicolly Mendes, 13 anos, aluna da 8ª série da Escola Dom Jaime de Barros Câmara, no Ribeirão da Ilha, soube da novidade numa manhã que a turma fazia uma “bagunçinha” no meio da aula de matemática e o professor, contrariado, ameaçou: “Se continuarem assim, vocês irão reprovar”. Silêncio. Dos 34 colegas de Nicolly, 12 têm notas vermelhas.

Ela está com quatro pontos em matemática, e vai mal em inglês. Para driblar a eminente reprovação, vai mudar de companhias. “Vou sentar do lado das pessoas mais dedicadas”, avisa.

Com a migração destas turmas para o ensino médio, a aprovação automática, mesmo com o boletim carregado por notas vermelhas, é excluída do sistema educacional de Santa Catarina. As exigências são: frequência de 75% e médias finais acima de sete.

A mudança foi motivada por um diagnóstico de falhas no aprendizado, principalmente, em leitura, cálculo e escrita. Cerca de 20% dos alunos da 7ª série também passarão por reforço. Assim como os 3,2 mil alunos aprovados pelo programa de correção de fluxo, que não tinham mais idade para o ensino fundamental e foram transferidos para o ensino médio.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Marilene da Silva Pacheco, diretora de Educação Básica no Estado, crê que a nova postura do executivo favoreça os alunos: “Nosso comprometimento é com a educação. Precisamos garantir que os estudantes saiam daqui sabendo ler e calcular. Mesmo que para isso precisem ficar na escola por mais dois anos”, disse.

A estudante Nicolly Mendes irá aproveitar a mudança e reforçar o português. A adolescente quer ministrar aulas da disciplina no futuro.



Veículo: A Notícia

Editoria: Cidade

Data: 05/08/2013

Assunto: Novidades e atrasos no ensino

Página: 10

A NOTÍCIA

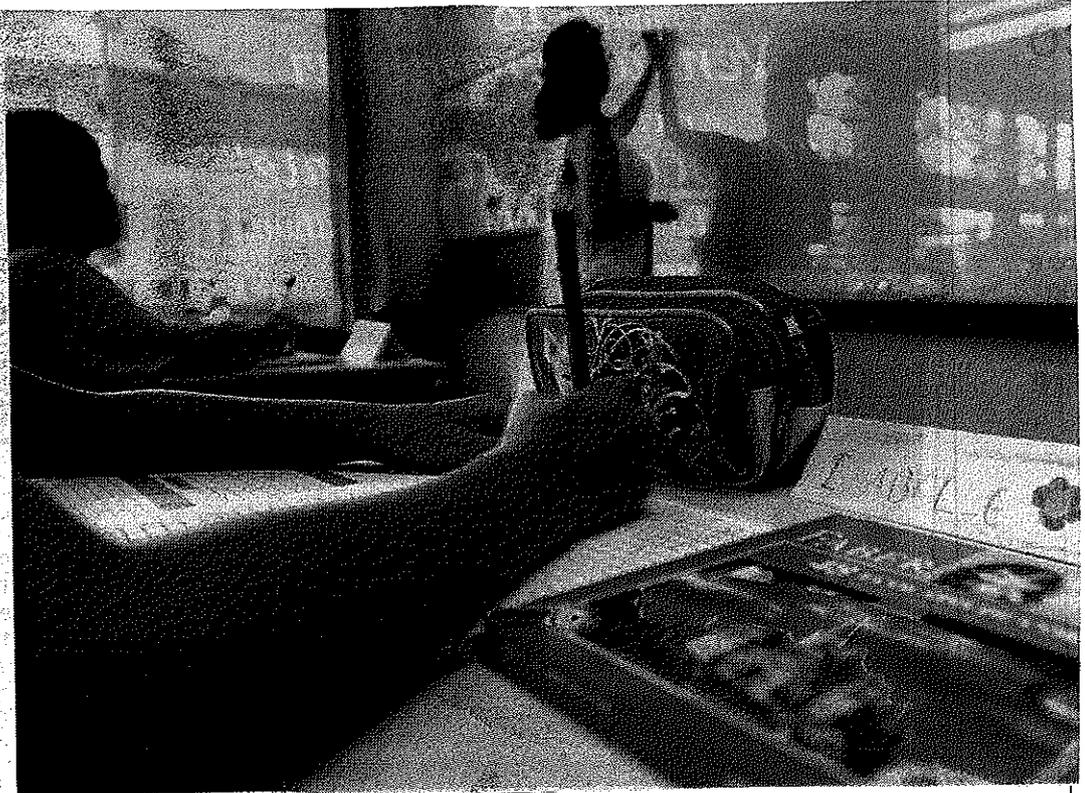
Novidades e atrasos no ensino

Os 580 mil alunos da rede estadual de ensino de Santa Catarina que voltam às aulas hoje perceberão mudanças em andamento, propostas pelo Pacto pela Educação, lançado em fevereiro. Outras continuam no mesmo ponto em que estavam quando os estudantes entraram de férias, há 14 dias.

Entre projetos com avanço estão reformas de escolas e construções. Outras propostas estão atrasadas, como a definição de um novo plano de carreira para o magistério e a mudança no processo de escolha de diretores, previsto para vigorar a partir de junho.

Sem estar na lista de projetos do Pacto, outra mudança vai se impor no segundo semestre. A volta da reprovação para alunos que estão na 8ª série do ensino fundamental de oito anos. Desde 2007, eles vinham sendo aprovados automaticamente. Agora, aquele que não atingir média 7 poderá ficar retido.

Para esses alunos, há um programa de recuperação de estudos. Os cerca de 12,5 mil alunos que tiveram nota abaixo de 5, em português ou matemática, terão aulas fora do horário regular, duas vezes na semana.



150

É o número de escolas que o governo planeja reformar

Sobre o Pacto

- Lançado em 18 de fevereiro de 2013
- Investimento: R\$ 515,1 milhões
- Prazo final de execução: 2020
- Foi baseado em três grandes eixos: estrutural, pedagógico e de infraestrutura



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Raul Sartori	Editoria: Colunista	Data: 05/08/2013
Assunto: Avaliação escolar		Página: Online

Avaliação escolar

A Secretaria Estadual da Educação esclarece que o fim da reprovação abrange apenas os alunos que ingressaram aos 7 anos em 2006 no ensino fundamental de 8 anos. Esses vieram em um processo ininterrupto devido a implantação do ensino fundamental de 9 anos. Neste momento, a secretaria “achou por bem, inseri-los em um programa de novas oportunidades de aprendizagem para consolidar as habilidades de leitura, escrita e cálculo”. Os alunos matriculados no 1º ano no ensino fundamental a partir de 2007 já ingressaram no sistema de nove anos, cuja avaliação prevê aprovação e reprovação. Esclarece ainda que o Estado nunca aboliu as notas na sua expressão numérica de 1 a 10. Alunos do 1º ao 5º ano recebem avaliação escrita e os demais alunos notas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: DC na sala de aula	Data: 05/08/2013
Assunto: Parabéns Mansueto Boff		Página: 38

DIÁRIO CATARINENSE

Parabéns Mansueto Boff

A Escola de Ensino Básico Professor Mansueto Boff, de Concórdia, está entre as 10 finalistas do 13º Prêmio Escola Voluntária. A Mansueto Boff é a única catarinense entre as escolhidas. A instituição concorre com o projeto



“Gincana cooperativa por um mundo melhor”, em que após um diagnóstico na comunidade foram propostas ações em benefício dos moradores.

Em agosto e setembro os estudantes envolvidos no projeto receberão a visita de uma equipe de rádio que vai orientá-los a produzir uma reportagem sobre o projeto. O vencedor será anunciado no dia 12 de novembro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 05/08/2013
Assunto: Ensino médio é tema de encontro de educação em Florianópolis		Página: Online

DIÁRIO CATARINENSE

Ensino médio é tema de encontro de educação em Florianópolis

Entre 8 e 10 de agosto, especialistas debatem problemas e desafios para essa etapa da educação básica.

O ensino médio — etapa com os maiores índices de evasão e repetência da educação básica — é o tema central da 9ª edição do Educasul, que será realizado em Florianópolis entre os dias 8 e 10 de agosto no CentroSul.

O evento trará conferências, palestras, mesas-redondas e apresentação de trabalhos, que abordarão discussões, pesquisas e estudos sobre as políticas públicas de ensino médio e a educação integral e profissional no Brasil.

Entre os palestrantes, estão dois representantes do Ministério da Educação: a coordenadora de ensino médio Sandra Regina Oliveira Garcia e a diretora de políticas de educação em direitos humanos e cidadania, Clélia Brandão Alvarenga Craveiro.

Para professores da rede estadual de ensino, as inscrições são gratuitas.

Mais informações em: www.educasul.com.br



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 05/08/2013
Assunto: Professores da rede estadual terão oportunidade de se qualificarem gratuitamente		Página: Online



Professores da rede estadual terão oportunidade de se qualificarem gratuitamente

Professores da rede estadual de ensino terão a oportunidade de participar gratuitamente do maior Congresso de Educação do país no ensino médio e profissionalizante. A 9ª edição do Educasul será realizada no Centrosul, em Florianópolis, entre os dias 08 e 10 de agosto. Além da inscrição, o Governo do Estado irá disponibilizar também as passagens para os profissionais que residem fora da Grande Florianópolis. Interessados deverão fazer sua inscrição nas Gerências de Educação (Gereds) que estão distribuídas em 37 cidades catarinenses.

Este ano, o congresso contará com a participação do Ministério da Educação (MEC), representado pela Coordenadora de Ensino Médio Sandra Regina Oliveira Garcia e pela diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do MEC, Clélia Brandão Alvarenga Craveiro. Além de profissionais renomados em educação e qualificação de todo o país. A expectativa dos organizadores é que o Centrosul reúna um público superior a 1,5 mil participantes.

Durante o mesmo período, será realizado o Engeduc, maior Congresso Sul Brasileiro de Educação Infantil, voltado para a discussão do ensino de 0 a 6 anos.



Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Opinião	Data: 05/08/2013
Assunto: Um avanço para o aprendizado		Página: 06

Notícias do Dia

Um avanço para o aprendizado

Um equívoco apontado por educadores, pais, alunos e por todos os que desejam ver a educação bem gerida é, enfim, removido. A progressão automática, artifício que só prejudica o ensino por permitir que todos sejam aprovados, independente de seu desempenho escolar, deixa de existir a partir de agora, pelo menos para os alunos matriculados na 8ª série. Na rede estadual, que retoma as atividades letivas nesta segunda-feira, não haverá mais tal regalia – só será aprovado quem efetivamente apreender o conteúdo ministrado ao longo do semestre.

Para os estudantes com dificuldades de aprendizado em português e matemática, o Estado oferecerá a oportunidade de reforço. É uma maneira de evitar que terminem o ensino fundamental sem os conhecimentos necessários para avançar a etapas que têm como requisito o domínio da bagagem prevista nos programas curriculares oficiais. As notas precisam estar acima de sete, e a frequência mínima é de 75% das aulas ministradas.

A aprovação automática acomodou os interesses da Secretaria de Estado da Educação em vista do aumento da duração do ensino básico em um ano, a partir de 2007. Mas era notório que o sistema não se sustentaria, já que facultava o avanço automático de todos, dos alunos mais diligentes e aplicados aos que tinham por hábito levar as aulas da forma que melhor lhes apetecia. Para as estatísticas, era um recurso que trazia bons resultados; para a educação, representava um retrocesso com consequências danosas para o futuro dos estudantes.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 04/08/2013
Assunto: Medo na porta da escola		Página: Online

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Medo na porta da escola

Alta da criminalidade e tráfico de drogas nos arredores das escolas assustam pais e estudantes

Os passos de Arquimedes Alves dos Anjos são cautelosos. Diretor da Escola Max Tavares do Amaral, no Bairro Itoupava Norte, ele acompanha diariamente a saída dos Alunos após o término das aulas. De um lado para o outro na Rua Romário da Conceição Badia, se certifica que todos saem em segurança. Faz isso há quatro anos. Conversa com algumas mães que esperam temerosas pelos filhos no portão.

– Dá medo ficar aqui esperando pelos meus dois filhos. Deveria ter um guarda para fazer rondas nas entradas e saídas dos Alunos para trazer mais segurança a todos – comenta Sandra*, 48 anos, mãe de dois rapazes.

O temor não é apenas de Sandra. João*, 37 anos, vive na região desde que nasceu. Ele e os pais estudaram na Max Tavares do Amaral. Mas, de um ano para cá, viu a violência e a criminalidade se agravarem no local. Tirou o filho mais velho da Escola no ano passado e colocou a casa à venda, pois não quer mais viver ali. O filho mais novo, de 15 anos, que ainda estuda na Escola, foi ameaçado ao sair da aula:

– Estavam me esperando em seis na saída. Na hora que eu estava indo embora com meu pai, falaram para mim: “estás fugindo, mas uma hora nós te pegamos” – contou o garoto, que sofre represálias de um grupo de jovens que fica em frente ao colégio intimando quem passa por ali, pois participou com a família do protesto contra a violência na região.

A manifestação, dia 8 de julho, foi motivada pela falta de segurança nos arredores. Os manifestantes pediram mais policiamento para a região, onde há pontos de venda e consumo de drogas e brigas.

O morador João acredita que os adolescentes que ficam em frente à Escola são os “laranjas” do tráfico:

– Usam os menores de escudo. Na rua, eles vendem drogas na porta da Escola. Todos eles que estão do lado de fora não estudam mais e são menores de idade.

No protesto, a comunidade também cobrou um destino para a antiga sede da Escola, desativada em 2010, quando o Estado entregou uma nova estrutura, ao lado. De acordo com a Polícia Militar (PM), a região é problemática porque concentra muitos dependentes químicos. De janeiro a julho deste ano, a PM registrou oito ocorrências que envolvem briga, consumo e venda de entorpecentes



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

apenas na rua da Escola, e 12 denúncias não confirmadas de tráfico de drogas feitas por moradores da região.

– O tráfico está onde há demanda de usuários. No local, é necessário um trabalho constante que envolva várias frentes, para evitar que os jovens tornem-se novos dependentes químicos – explica a tenente da PM Carolina Maria Bachmann.

Segundo o diretor da Max Tavares, depois do protesto, a região ficou um pouco mais calma, mas, ainda assim, há necessidade de mais policiamento:

– Aqui, há carência de tudo. Dentro da Escola é tranquilo. O maior problema é fora, com pessoas que não pertencem ao ambiente Escolar.

Segundo a capitã da PM Patrícia Maccari, a Romário da Conceição Badia é uma rua problemática:

– O diretor chama muito a polícia para estar no local, mas, às vezes, há ocorrências maiores e acabamos deixando o colégio sem o policiamento preventivo. Não há como ter um policial em frente de cada Escola.

* Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos entrevistados

Entrevista: “Todas as saídas que buscam apenas reprimir a violência não dão em nada”

Sociólogo, antropólogo e coordenador do Centro de Estudos de Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pedro Bodê explica como deve ser vista a violência no contexto Escolar e de que maneira a sociedade pode interferir.

Jornal de Santa Catarina - Como você analisa os casos de violência citados nas Escolas de Blumenau?

Pedro Bodê - Em um local onde há vários adolescentes, sempre há uma briga ou outra. Isso deve ser encarado como um problema a ser resolvido pelos Educadores. Quando há atos criminosos, a polícia deve ser envolvida. Nos casos de vandalismo, quanto mais a Escola estiver afastada da comunidade, mais ataques haverá. Para reverter, é necessário um trabalho com toda a comunidade para resolver o problema.

Santa - De que forma a violência tem de ser discutida na Escola?

Bodê - Todas as saídas que buscam apenas reprimir a violência não dão em nada. Há um imaginário derivado da cultura da violência com base no medo. Discutir essas questões é fundamental. Educar, em certa medida, é passar conteúdos que os Alunos não aprendem de forma natural, e isso deve envolver um conjunto de conflitos que devem ser resolvidos por meio de diálogo e debate entre Alunos, Professores e pais.

Santa - A Escola deixou de ser referência de segurança e de futuro melhor?

Bodê - Sim, infelizmente. A função da Escola é dupla: formativa e moral. Houve uma ampliação muito grande das taxas de entrada nas Escolas – o Brasil tem quase 96% das crianças no ambiente Escolar –, mas perdeu-se em qualidade. As crianças entram na Escola com grande expectativa e



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

começam a ver que, por mais que sejam qualificadas, nem por isso têm acesso a condições de trabalho e vida melhor.

Santa - Que medidas comunidade e forças de segurança podem adotar para amenizar o impacto externo na vida Escolar?

Bodê - Em regiões carentes, é preciso polícia, mas serviços como postos de saúde, bibliotecas. É assim que se diminui a violência. Mesmo com UPPs, o crime está começando a voltar nas favelas do Rio de Janeiro. Não se pode pedir que uma força de segurança cumpra o papel de instituições sociais. É preciso ocupar socialmente a comunidade.

Especialistas alertam para o resgate dos valores

Sem precisar números, a promotora de Justiça da Infância e Juventude de Blumenau, Kátia Rosana Pretti Armange, explica que o Ministério Público recebe muitos casos de insubordinação Escolar (brigas, indisciplina) e que compete às Escolas, secretarias e gerências de Educação tomarem providências com os Alunos. Quando é crime, ou ato infracional para adolescentes, como casos de vandalismo ao patrimônio e tráfico de drogas, cabe ao diretor fazer um boletim de ocorrência para encaminhar o caso à promotoria. Para Kátia, a Educação deve ser rediscutida na sociedade:

– As Escolas precisam repensar seu papel na questão da indisciplina dos Alunos. É necessário resgatar valores e dar mais importância ao ambiente Escolar, e isso ocorre a partir do convívio com a família.

De acordo com o Conselho Tutelar de Blumenau, os casos de violência nas Escolas necessitam de um trabalho em rede, e permanente, por meio de orientações e reflexões. Diante desta realidade, os conselheiros têm feitos palestras em Escolas e Creches, envolvendo, pais, Alunos e profissionais, sobre direitos e deveres da criança e do adolescente.

A psicopedagoga Vera Cristina Bauer reforça a importância da orientação e a necessidade de diálogo, na Escola e dentro de casa:

– A criança ou o adolescente bem instruído não vai usar drogas, nem praticar violência. Ele até pode ter curiosidade em experimentar entorpecentes, mas não será usuário.

As regras em casa e no ambiente Escolar devem ser bem instituídas desde cedo. Conforme a gerente municipal de Educação, Maria Isabel Schulz, as Escolas têm projetos que instruem dentro de sala de aula, no entanto, há unidades localizadas em zona de maior risco e que necessitam do apoio de outras esferas da sociedade para garantir a segurança de toda a comunidade e provocar mudanças:

– Trabalhamos muito dentro da Escola, mas, se o jovem chega em casa e o cenário é outro, não será satisfatório. Estamos em uma situação de complexidade na Educação, mas não podemos ficar na inércia, cada um tem de fazer a sua parte.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Violência também envolve alunos da rede particular

A insegurança na porta das Escolas ultrapassa as áreas de vulnerabilidade social, como é a realidade da Max Tavares do Amaral. Brigas entre Alunos, vandalismo e tráfico de drogas são recorrentes em unidades de toda a cidade. Na Escola Santos Dumont, no Garcia, um adolescente de 14 anos, Aluno da 8ª série, foi apreendido neste ano com 14 pedras de crack na mochila e encaminhado à Central de Polícia.

– O caso foi pontual pela quantidade. Droga tem em todo lugar, mas temos que estar atentos. Daqui para frente, é preferível tê-lo aqui conosco do que lá fora. Não podemos excluí-lo do ambiente Escolar – defende a diretora Mara Rubia Larroyed.

Na rede municipal de Ensino, de acordo com a secretária de Educação, Helenice Luchetta, foram recebidas queixas neste ano da Adelaide Starke, na Itoupava Norte, por pichação e tentativa de assalto à cantina. Segundo ela, na maioria dos casos, o vandalismo é o problema mais recorrente. Na Escola Estadual Pedro II, essa situação ultrapassou o limite.

– Não conseguimos vencer a destruição. Os Alunos não dão valor para uma coisa que é deles – conta o diretor Jadir Booz.

Há casos de violência também nos colégios particulares. O coordenador pedagógico do Curso e Colégio Energia, Germano Morsch Steffen, explica que, quando há brigas na porta da Escola, os pais são chamados:

– Houve uma discussão, na qual identificamos os Alunos de outra Escola que vieram brigar e conversamos com os pais de todos os envolvidos.

Em relação às drogas, Steffen afirma que há poucos casos e é difícil identificar só pelos boatos. Mas, se a coordenação encontra entorpecentes no colégio, o Aluno é expulso.

Para a psicopedagoga Vera Cristina Bauer, não é o espaço físico que determina as ações dos adolescentes:

– A falta de estrutura familiar e de diálogo, a vulnerabilidade do adolescente e o grupo no qual está inserido são decisivos para que essas situações ocorram.



A NOTÍCIA

O foco no ensino médio

Ainda que o desempenho não seja exatamente uma novidade, a análise comparativa com outras cidades proporcionada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajuda Joinville a ajustar o foco na educação. Embora tenha sido o indicador com mais avanços nos últimos dez anos, a educação é onde a cidade apresenta os índices mais baixos na comparação com renda e longevidade, dois dos outros indicadores-base para o diagnóstico de desenvolvimento humano. Joinville precisa ampliar o atendimento na educação infantil e qualificar o ensino médio. Ainda mais importante do que a qualificação para o mercado de trabalho, a educação formal é uma alavanca na formação de cidadãos – e

Joinville não pode perder o rendimento dos anos iniciais

cidadania é fundamental para o desenvolvimento humano.

Mesmo com a relativa baixa cobertura da educação infantil, na etapa seguinte, o ensino

fundamental, Joinville apresenta desempenho satisfatório, como tem demonstrado o Ideb. O índice – não contabilizado no IDH – coloca a cidade na dianteira entre os municípios de porte semelhante nos anos iniciais e em patamar satisfatório nos anos finais do fundamental. Pelo IDH, 91% das crianças com idades entre 11 e 13 anos estão cursando ou já concluíram o ensino fundamental. Lamentavelmente, a performance positiva não se repete na etapa seguinte: apenas 60% dos jovens na faixa dos 18 a 20 anos tem o ensino médio completo.

Largar bem na corrida da educação é excelente, mas Joinville não pode aceitar perder o rendimento logo em seguida. Depois, fica complicado recuperar as deficiências acumuladas no ensino médio.



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Opinião da RBS	Data: 05/08/2013
Assunto: Desvios na Educação		Página: 18

DIÁRIO CATARINENSE

DESVIOS NA EDUCAÇÃO

Desvios para garantir um mínimo de qualidade numa área vital para o desenvolvimento, os recursos destinados à educação básica no país continuam se perdendo em grande parte no trajeto entre os gabinetes oficiais e as escolas. Em nada menos de 73,7% de 180 municípios analisados pela Controladoria-Geral da União (CGU) entre 2011 e 2012, foram registrados problemas de mau uso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). As deformações nos usos previstos em lei vão desde gastos incompatíveis até contratos irregulares. Em qualquer caso, os mais prejudicados são sempre os alunos, o que exige ações adicionais da fiscalização e em caráter emergencial.

O relatório da CGU confirma não apenas a continuidade de velhas práticas como também a participação de agentes conhecidos em desviar dinheiro das crianças. As deformações incluem desde direcionamento e simu-

As comunidades devem aproveitar o fator proximidade nos municípios para vigiarem ao máximo os caminhos percorridos pelos recursos públicos.

lação de processos licitatórios até irregularidades flagrantes em aquisições e saques na boca do caixa que dificultam o controle sobre a destinação da verba. O agravante é que, entre os responsáveis pelas irregularidades na esfera pública, não estão apenas servidores de carreira ou em cargos de confiança, mas também vereadores, ex-vereadores, secretários municipais e até prefeitos. São justamente os que deveriam estar mais preocupados com o rigor na destinação do dinheiro, liberado proporcionalmente ao número de alunos, de acordo com dados do censo escolar.

Áreas mais visadas pelo grande volume de recursos que movimentam e nas quais qualquer centavo a me-

nos faz realmente diferença deveriam contar com uma fiscalização mais rigorosa, de preferência até mesmo específica. É o caso, entre tantas outras, de saúde pública e educação, nas quais qualquer desvio mínimo provoca consequências na maioria das vezes irreparáveis. O dinheiro desviado hoje é o que costuma faltar para propiciar melhor remuneração para os professores e condições físicas mais adequadas para o aprendizado por parte de crianças e adolescentes em idade escolar. Os prejuízos, obviamente, vão além dos financeiros, pois se revelam também sob a forma de lacunas no aprendizado de gerações inteiras. Além disso, afetam metas de desempenho com as quais o país se comprometeu, inclusive em âmbito internacional.

Como parece difícil fazer com que os desvios de recursos cessem por si só, é preciso que os sistemas de controle sejam reforçados. As comunidades devem aproveitar o fator proximidade nos municípios para, juntamente com os organismos oficiais de fiscalização, vigiar ao máximo os caminhos percorridos pelos recursos públicos.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Artigos

Data: 05/08/2013

Assunto: Bolsa para a educação à distância

Página: 19

DIÁRIO CATARINENSE

Bolsas para educação à distância

Tramita na Assembleia Legislativa de Santa Catarina o Projeto de Lei Complementar 012/2012, de minha autoria, que prevê a inclusão de alunos de educação à distância no programa de bolsas de estudos do governo estadual. A intenção é fazer justiça aos mais de 50 mil estudantes de EaD do Estado que hoje estão alijados do processo de concessão de bolsas previstas no artigo 170 da Constituição estadual.

O sistema de educação à distância é hoje o maior fenômeno de inclusão no ensino superior da história da educação brasileira. Mais de 70% dos alunos de EaD são os primeiros das suas famílias a fazer um curso superior. Os cursos são regulares, autorizados e reconhecidos pelo MEC, iguais aos cursos



CARLOS CHIODINI
Deputado estadual, líder do PMDB na Assembleia Legislativa, morador de Jaraguá do Sul

presenciais. Em 2004 eram pouco mais de 40 mil alunos em graduação no país. Hoje são mais de 1 milhão – mais de 15% de todas as matrículas do ensino superior brasileiro apenas na graduação.

É mais do que justo que estes estudantes também possam concorrer a bolsas de estudo do sistema educacional. Não faz o menor sentido que alunos de cursos regulares de EaD, cidadãos de Santa Catarina, que pagam impostos, sejam tratados de forma discriminatória, sendo impedidos de concorrer às bolsas oferecidas pelo governo.

Durante o mês de julho, percorremos algumas regiões do Estado para discutir em audiências públicas esta questão. Mais de 2 mil pessoas participaram das reuniões realizadas em Guarumirim, Joinville, Indaial, Balneário Camboriú, Rio do Sul e Palhoça. Tenho certeza de que a aprovação da nossa proposta pode ser um elemento fundamental nesta busca incessante da melhoria da educação em Santa Catarina.

Não faz sentido que alunos de cursos de EaD sejam tratados de forma discriminatória, sendo impedidos de concorrer às bolsas oferecidas pelo governo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: MEC	Editoria: Educação	Data: 05/08/2013
Assunto: Cursos técnicos vão usar nota do Enem		Página: Online



Cursos técnicos vão usar nota do Enem

MEC vai abrir inscrições para 130 mil vagas em novo sistema de seleção para alunos que não conseguiram média para as universidades federais

O governo abre na terça-feira as inscrições para o Sistema de Seleção Unificada para o Ensino Técnico (SisuTec), com mais de 130 mil vagas para cursos profissionalizantes no País. Esse número ainda não está totalmente definido - depende da adesão das instituições da área mas a primeira leva deve superar as vagas ofertadas pelas universidades federais no último processo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

O sistema, uma cópia do Sisu das universidades federais, vai centralizar as vagas de Ensino profissionalizante para quem já terminou o Ensino médio e vai também usar os resultados do Exame Nacional do Ensino médio (Enem).

A intenção do governo é ampliar o acesso dos jovens ao Ensino profissionalizante, permitindo que, da mesma forma que nas universidades federais, os estudantes possam escolher as vagas que lhe interessam mesmo fora da sua cidade. Também como no Sisu original, as instituições terão de aderir ao sistema.

O governo conta com a adesão dos Institutos Tecnológicos Federais, das Escolas do Sistema S e também espera que as Escolas técnicas das redes estaduais façam parte do sistema, mas essa é uma negociação que ainda não avançou. De acordo com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o governo conseguiu uma "ampliação significativa" nas vagas oferecidas, mas o número só será finalizado na abertura das inscrições.

O SisuTec terá como público preferencial os estudantes que terminaram o Ensino médio e fizeram o Enem, mas não têm média na prova boa o suficiente para conseguir uma das vagas nas universidades, seja nas federais, seja nas privadas por meio do Programa Universidade para Todos.

A nota de corte para a inscrição no ProUni, por exemplo, são 450 pontos. Mas, com os cursos cada vez mais concorridos, dificilmente um estudante consegue uma boa vaga com notas mais baixas. Apesar de os cursos técnicos e tecnológicos também serem bastante concorridos, alguns tanto quanto algumas faculdades, o grau de exigência para admissão costuma ser menor.

Sistema. Em três anos, o Sisu - plataforma digital criada em 2010 para preencher vagas em instituições públicas de Ensino superior - já teve adesão de 80% das 59 universidades federais do País. O Sisu usa como critério de seleção o desempenho do Enem. No início de cada semestre, o site do "Vestibular nacional" pode ser consultado pelo estudante interessado em mais de 3 mil cursos. A candidatura é feita de forma online em duas opções de curso em qualquer instituição.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Educação	Data: 05/08/2013
Assunto: Fraudes e incompetência atrasam Educação		Página: Online

O GLOBO

Fraudes e incompetência atrasam Educação

"O aprofundamento no assunto reforça o diagnóstico de que não é apenas com mais dinheiro que a Educação dará o salto de que a sociedade necessita", afirma jornal

Da gestão Fernando Henrique Cardoso, passando pela Era Lula, até Dilma Rousseff são, grosso modo, quase duas décadas em que a Educação é um assunto prioritário do Executivo federal. Pode-se entender que, com acerto, o tema passou a ser uma preocupação de Estado.

É possível enxergar uma linha lógica em todo este tempo, com períodos de maior ênfase no avanço quantitativo - quando, no governo FH, buscou-se a universalização da matrícula no ciclo fundamental, e, a partir de Lula, principalmente no segundo governo, o duro e essencial trabalho na melhoria da qualidade do Ensino público básico. Matriculado o maior número possível de crianças, a sequência natural seria mesmo aprimorar a transmissão de conhecimentos.

Não há qualquer dúvida sobre a estratégia. Os resultados é que indicam a extrema dificuldade no enfrentamento da má qualidade do Ensino. Avança-se, mas fica a impressão de que poderia ser menos difícil. A recente divulgação de Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), pelo Pnud (ONU), mostrou que mesmo cidades com os melhores indicadores não conseguiram bom rendimento na Prova Brasil (avaliação do Ensino básico), nas disciplinas-chave de Matemática e Português.

O aprofundamento no assunto reforça o diagnóstico de que não é apenas com mais dinheiro que a Educação dará o salto de que a sociedade necessita. Se fosse assim, a solução definitiva estaria no lado financeiro/fiscal.

Estudo de técnicos da Secretaria do Tesouro - não referendado pela secretaria e execrado, é claro, por prefeitos e o MEC - concluiu que pelo menos 40% dos gastos municipais com Educação são desperdiçados, por corrupção e/ou ineficácia da própria máquina pública. Se fosse a metade (20%), já seria escandaloso, motivo para um esforço de emergência no governo para entender o que se passa e tapar os vazamentos.

O trabalho dos analistas Janete Duarte, Sérgio Ricardo de Brito, Plínio Portela e Luís Felipe Vital, além da Professora da USP Fabiana Rocha, ganha respaldo de auditorias da Controladoria Geral da União (CGU), as quais detectaram fraudes e mau uso do dinheiro do Fundeb em 73,7% de 180 municípios auditados, em 2011 e 2012.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Isso significa desestabilizar a estrutura de financiamento do Ensino público básico. Há erros decorrentes de incompetência administrativa, desvio de dinheiro para outros tipos de gastos, em detrimento, por exemplo, da remuneração de Professores, e corrupção, roubo.

O conserto do sistema educacional público requer uma junta multidisciplinar - do promotor, procurador e policial a especialistas em gestão pública e treinamento pedagógico do Professorado. Não é nada simples, mas tem de ser enfrentado. Desconfie-se, portanto, toda vez que se disser que basta dobrar os gastos com Educação para 10% do PIB. Espantoso é que auditorias como esta se repitam diante de uma impassível burocracia.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 05/08/2013
Assunto: Gestão de verbas para Educação		Página: Online

O ESTADO DE S. PAULO

Gestão de verbas para Educação

"Se ainda havia alguma dúvida de que o problema da Educação brasileira não é de escassez de verbas, mas de falta de gestão eficiente e responsável, ela acaba de ser desfeita pelo relatório da CGU sobre a aplicação dos recursos do Fundeb", afirma jornal

Se ainda havia alguma dúvida de que o problema da educação brasileira não é de escassez de verbas, mas de falta de gestão eficiente e responsável, ela acaba de ser desfeita pelo relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e Valorização dos Profissionais da Educação básica (Fundeb).

Criado em 2006 para complementar os investimentos dos Estados e municípios em Educação, o Fundeb transfere mais de 10 bilhões por ano para o pagamento de salários de Professores e servidores técnicos, financiamento da merenda e do transporte Escolares e aquisição de equipamentos. A distribuição desses recursos é proporcional ao número de Alunos das redes públicas estaduais e municipais de Ensino básico, obtido no último Censo Escolar.

Segundo a CGU, cuja função é defender o patrimônio público, tornar as decisões governamentais mais transparentes e prevenir e coibir a corrupção na máquina governamental, em 73,7% dos 180 municípios por ela fiscalizados, entre 2011 e 2012, foram constatados desvios, gastos perdulários, falhas administrativas, contratos irregulares, superfaturamentos e fraudes em processos de licitação para a compra de materiais e contratação de serviços pela rede pública de Ensino fundamental.

Além disso, em 69,3% dos municípios fiscalizados foram detectados gastos incompatíveis com os objetivos do Fundeb, como aquisição de automóveis de luxo e tratores. Em vários casos, o dinheiro desviado por prefeitos foi utilizado para financiar campanhas eleitorais, pagar bebidas alcoólicas e despesas pessoais e comprar lanchas, chácaras e gado.

Nas licitações, os vícios mais graves foram a falta de competitividade, direcionamento dos editais e simulação de concorrência, com farta utilização de notas frias, documentos fiscais falsificados e empresas de fachada com endereços inexistentes, envolvendo prefeitos, secretários municipais, vereadores, servidores administrativos e prestadores de serviços. Os auditores da CGU constataram que a comissão cobrada das empresas vencedoras em licitações fraudadas era, em média, de 20%.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Também descobriram movimentação das verbas do Fundeb fora da conta específica e até aplicação do dinheiro no mercado financeiro. Detectaram ainda que 21,9% dos municípios, fiscalizados não destinaram 60% dos recursos para pagamento do Professorado, como determina a lei que criou o Fundeb.

Segundo os técnicos da CGU, em 58% dos Conselhos de Acompanhamento do Fundeb, criados para promover o "controle social" dos gastos com Ensino básico, nenhum conselheiro tinha capacitação técnica para exercer o cargo. Além disso, 50% desses conselhos não cumpriram seu papel, deixando de monitorar a execução das verbas do Fundeb; 56% não acompanharam a aplicação dos recursos do programa Brasil Alfabetizado; 59% não supervisionaram a realização do Censo Escolar; e 62,9% não fiscalizaram a elaboração da proposta orçamentária anual.

O relatório da CGU registra ainda casos de saques dos recursos do Fundeb na "boca do caixa" no valor de R\$ 1,2 milhão, momentos antes de os novos prefeitos tomarem posse. Isso mostra "a fragilidade no controle da aplicação dos recursos", concluíram os auditores da CGU, alegando que, enquanto a legislação do Fundeb não for mudada para tornar as prestações de contas mais rigorosas, a farra com os recursos transferidos pela União para as redes estaduais e municipais de Ensino básico vai continuar.

Por sua vez, o Ministério da Educação informou, em nota oficial, que já foi editado decreto determinando que as movimentações dos recursos do Fundeb sejam realizadas apenas por meio eletrônico e proibindo saques diretos na "boca do caixa".

As estatísticas oficiais mostram que os valores gastos pelo poder público por Aluno vêm crescendo. Mas o relatório da CGU pondera que não há como avaliar se esse crescimento está, de fato, melhorando a qualidade das Escolas públicas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Opinião	Data: 05/08/2013
Assunto: Educação		Página: 02

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) é a expressão da unidade nacional e de prioridades. Com respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), cabia ao Congresso Nacional a aprovação do segundo Plano Nacional de Educação 2011-2020 (Santa, 31 de julho). Passem: estamos no segundo semestre de 2013 e ainda encontra-se tramitando no Congresso Nacional.

Almerindo Brancher

Aposentado - Blumenau